

## **A DEFESA PERANTE O TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA: UMA OBRA À ESPERA DE UMA EDIÇÃO CRÍTICA**

ANA PAULA BANZA  
(Universidade de Évora)

### **1- Vieira Orador/Vieira Escritor**

Se pretendessemos encontrar no universo seiscentista português uma figura literária que o representasse, tal figura seria, muito provavelmente, a do Padre António Vieira e esse será seguramente um dos motivos que têm levado tantos autores, portugueses e estrangeiros, a interessarem-se pela sua obra. No entanto, Vieira não era, por natureza, um escritor, mas antes um orador: à palavra escrita preferia a palavra dita; à recepção diferida preferia a recepção imediata e, enfim, à concentração e ao longo e aturado trabalho necessários à elaboração de obras escritas de grande extensão e complexidade preferia o desenvolvimento pontual e ad hoc de determinados temas em textos orais de pequena e média extensão.

Assim se explica, antes de mais, a relutância, manifestada em várias ocasiões, inclusive no Prólogo mesmo dos *Sermões*, em "reduzir a estilo" os sermões pregados no púlpito e, quase sempre, apenas esboçados sob a forma de apontamentos escritos: "...obrigação, porque começo a tirar da sepultura estes meus borrões, que sem a voz que os animava, ainda ressuscitados são cadáveres". Como grande orador que era, Vieira tinha a perfeita consciência, cabalmente expressa nas palavras citadas, das enormes diferenças entre a palavra dita, e ainda mais a palavra pregada, e a palavra escrita. Assim, a "exumação" destes "cadáveres" era-lhe duplamente penosa: por um lado, custava-lhe um longo e meticuloso trabalho de "lima", exigindo grande aplicação e persistência; por outro, o resultado de tamanho labor nunca poderia ressuscitar, de facto, os sermões pregados, perdidos para sempre entre a voz do pregador e os ouvidos cristãos do seu público. Daí que só por obediência ao Rei e ao Geral da sua Ordem se tenha

obrigado a empreender e, o que mais importa, a concluir a edição dos *Sermões*, em doze volumes, o último dos quais ultimado in extremis.

A mesma preferência pelo oral em detrimento do escrito, relacionada, cremos nós que de bastante perto, com a dificuldade de concentração exigida pelos textos escritos de longa extensão, estará também na base, juntamente com as vicissitudes da vida do autor, do estado fragmentário e inacabado em que ficaram as suas grandes obras proféticas, planeadas e concebidas para serem monumentais, mas que, ao contrário dos sermões, que puderam passar do discurso interior ao discurso oral e deste à fixação pela escrita, nunca passaram, na sua maior parte, da fase de elaboração mental.

Apesar da preferência, e até, aparentemente, de uma maior aptidão, pelo púlpito, Vieira encarava os seus sermões, no que toca à recepção, como simples manifestações de oralidade, destinadas a perdurar apenas na memória dos seus ouvintes e era bem diferente, a todos os níveis, a obra pela qual desejava ser conhecido pelos vindouros. Esta sim teria de ser uma obra escrita, por forma a perdurar no tempo, e de grande extensão e magnificência, dadas as características da matéria. Apesar de não podermos, aqui, deter-nos na análise da visão vieiriana do mundo e da história, é, talvez, conveniente lembrar, porque precisamente essa é uma das suas facetas menos conhecidas, que Vieira se considerava incumbido de uma espécie de "missão", que consistia em interpretar e divulgar as profecias que preconizavam a chegada iminente do Quinto Império — quinto porque se seguiria aos dos Assírios, Persas, Gregos e Romanos — e a grande obra idealizada deveria ser o meio pelo qual ele, Vieira, daria a conhecer tais esperanças; não como profeta, que nunca se considerou, mas como arauto dos profetas. Tal obra, de evidente e extraordinária importância para a Humanidade, seria, primeiro, a *História do Futuro* e, bastante mais tarde, a *Clavis Prophetarum* (1649-65 e 1671-96).

A *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, que aqui nos ocupa, surge cronologicamente entre ambas (1665-1666), fruto de uma circunstância específica da vida do seu autor: o Processo que lhe moveu a Inquisição, a partir de 1663, tomando como pretexto a célebre carta ao Bispo do Japão, na qual Vieira defendia que D. João IV, morto em 1656, havia de ressuscitar para assumir o papel que as profecias lhe destinavam na instauração do Quinto Império.

Todas as profecias em que Vieira se baseava apontavam o ano de 1666, ou à volta dele, como o ano dos grandes acontecimentos, pelo que importava que a *História do Futuro* estivesse concluída antes dessa data, sem o que se transformaria numa vulgar "história do passado". Daí que, ao ser preso, em Outubro de 65, e, conseqüentemente, obrigado a abandonar a grande obra, ainda em estado fragmentário e incompleto, Vieira tenha visto na *Defesa* uma forma de ultrapassar a impossibilidade, então já evidente, de concluir atempadamente a *História*. Concebeu então a *Defesa* com um duplo objectivo: o oficial, defender-

se das "proposições de que era arguido", e o officioso, funcionar como compêndio da *História do Futuro*, objectivos que a sentença viria a mostrar serem inconciliáveis.

Notável em muitos aspectos, não poderia esta obra deixar de reflectir as circunstâncias em que foi escrita: Vieira encontrava-se preso, sem acesso a qualquer biblioteca e tendo apenas consigo um exemplar da *Vulgata latina*, sem concordância, e o seu *Breviário*, e, por outro lado, em função do tempo de que dispunha<sup>2</sup> e do tipo de documento que se propunha redigir, misto de apologia e de tratado teológico e exegetico, não poderia deter-se em questões de ordem retórica e literária. O que se lê na *Defesa* é, pois, por imposição das circunstâncias, uma exposição, tão sucinta quanto possível, das teses que pretendia explicar e fundamentar, longa e copiosamente, na *História do Futuro* e que aqui se encontram sintetizadas de forma admirável. Mais do que em qualquer outro escrito seu, as prodigiosas capacidades intellectuais e de memória de Vieira revelam-se aqui, pois só tendo clara e perfeitamente delineadas na sua cabeça as teses que defendia poderia transpo-las para o papel sem outros auxiliares para além dos acima referidos. Por outro lado, o contexto em que surge revela-nos um tipo de discurso a que podemos chamar auto-censurado, que é único no conjunto da obra de Vieira.

Das três obras, chamadas de carácter profético porque nelas se apresenta uma visão profética da História, a *História do Futuro* e a *Clavis* ficariam ambas incompletas e fragmentárias, enquanto a *Defesa*, concluída por força das circunstâncias, ainda que representando apenas uma síntese do que deveria ter sido a *História do Futuro*, permaneceria confinada ao seu público mais directo, os Inquisidores. Assim, os *Sermões*, pensados para serem apenas ouvidos, acabaram, a pesar do autor, por ser a mais conhecida das obras vieirianas<sup>3</sup>, não só na sua época, mas para a posteridade, através do processo de fixação pela escrita a que o seu autor os submeteu, tendo sido várias vezes editados, em Portugal e no estrangeiro, e trabalhados por vários autores. O mesmo succedeu com as *Cartas*, documentos escritos, mas de carácter privado e, como tal, destinados, à partida, a permanecerem na intimidade das escrevaninhas dos seus destinatários, mas que acabariam por tornar-se públicas, tendo também conhecido várias edições.

Desta forma, a Obra de Vieira, dividindo-se, embora, em três sectores distintos, sermões, cartas e obra profética, só é actualmente conhecida da generalidade do público, mesmo do público escolarizado, pelos sermões e, em alguns casos, também pelas cartas, isto é, através de manifestações literárias não previstas pelo seu autor para permanecerem como tal através do tempo. Em contrapartida, as obras de carácter profético, às quais se applicou como escritor, com vista à elaboração de uma obra escrita de grandes dimensões que o projectasse para a posteridade como arauto do Reino de Cristo consumado na Terra, foram, no seu tempo, apenas conhecidas de um círculo restrito de pessoas,

porque nunca passaram de fragmentos, mais ou menos elaborados, e são hoje, ainda que editadas, no estado em que chegaram até nós, e também, em parte, por esse motivo, conhecidas de um círculo talvez ainda mais restrito de estudiosos de Vieira ou da temática Quinto Imperial.

## 2- Texto e contexto da *Representação*

A *Defesa*, assim conhecida vulgarmente, mas a que Vieira chamou *Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as proposições de que tratava*, chegou até nós completa, através de um manuscrito autógrafo, correspondente à versão final do texto, que se encontra incluído no processo de Vieira, actualmente na Torre do Tombo (Inquisição de Lisboa, Processo 01664, Rolo 1427 a 1427c), dentro do qual constitui a peça mais extensa, mas simultaneamente a mais interessante. Do extenso rol de documentos cuidadosa e diligentemente coligidos e arquivados pelo Tribunal cumpre destacar — entre um grande número de denúncias, mandatos de prisão, exames e depoimentos de testemunhas, admoestações, pareceres, cartas e papéis vários, de interesse e importância muito heterogêneos — alguns documentos que, para além da *Representação*, marcam as fases mais decisivas do processo, entre os quais se podem citar, a título de exemplo, a carta *Esperanças de Portugal* (1659), que esteve na origem de todo o processo; a carta em que os Inquisidores instam Vieira a que apresente a prometida Apologia; a lista e análise das 99 proposições de Vieira qualificadas pela Inquisição; os exames feitos a Vieira no decorrer do processo e, finalmente, a sentença. O manuscrito da Torre do Tombo não é, contudo, o único manuscrito da *Representação*, como se poderia julgar pelo silêncio que a tal respeito existe na única edição que dela foi feita até hoje, da autoria de Hernâni Cidade (1957). Na Biblioteca Nacional de Lisboa (Cod. 681 - [B-11-11]) encontra-se um outro manuscrito, lacunoso, que terá constituído uma primeira versão do manuscrito da Torre do Tombo. O manuscrito editado por Hernâni Cidade (TT) constitui, assim, uma segunda versão, que podemos considerar a final, uma vez que passa a limpo e, em muitos casos, altera, através de vários acrescentos, cortes e substituições, a primeira (BN).

Esta situação textual, que, afinal, não é a de testemunho único, mas sim a de um complexo composto por dois manuscritos autógrafos, é, naturalmente, privilegiada, permitindo revelar, por detrás das correcções de autor feitas entre os dois manuscritos, facetas diversas, não apenas de António Vieira Autor, quanto ao seu *modus scribendi*, mas também de António Vieira Homem, censor do seu próprio discurso, em muitos aspectos extraordinário, mas em muitos outros produto do seu tempo, misturando uma inteligência e um sentido prático notáveis com uma ingenuidade e irracionalidade que parecem assumir as suas maiores proporções na *História do Futuro* onde, como faz notar José van den Besselaar, na Introdução à edição crítica desta obra de Vieira, se encontram

"Mostras de uma erudição respeitável (que) nela se alternavam com devaneios de um patriotismo exaltado e com conjecturas levianas; observações realistas e penetrantes (que) nela se confundiam com especulações quiméricas."<sup>1</sup>

A esta observação de Besselaar, perfeitamente justificada no contexto da *História do Futuro*, deve, no entanto, acrescentar-se que, apesar deste contraste, a lucidez e a inteligência de Vieira parecem prevalecer sobre a ingenuidade e irracionalidade, se é que, realmente, era disso que se tratava. Com efeito, uma vez caído em desgraça (note-se a propósito que o manuscrito da Biblioteca Nacional foi intitulado, certamente por algum incógnito catalogador, *Vieira cabido*) teria sido fácil aos Inquisidores condená-lo a uma pena bem mais pesada que a de privação "de voz activa e passiva, e do poder de pregar" e reclusão "no Colégio ou Casa da sua religião que o Santo Ofício lhe assinar", além, evidentemente, da proibição de voltar a tratar por "palavras" nem por "escritos" das ímpias e heréticas proposições de que fora arguido.<sup>5</sup> A "brandura" desta sentença, tão pouco usual no Santo Ofício, deveu-a Vieira, pelo menos em parte, à argúcia demonstrada, não só no "papel", a *Defesa*, mas também na forma como conseguiu ganhar tempo, protelando sucessivamente a sua entrega até ser encarcerado.

Fica assim explicado o interesse do manuscrito BN, até agora inédito, na medida em que este constitui material riquíssimo e completamente ignorado na edição de HC. Por outro lado, esta edição permanece, até hoje, a única existente, constituindo assim a sua "Vulgata". Esgotada, desde há muito, esta primeira edição, não houve, como seria desejável e esperável, qualquer outra edição, ou mesmo reimpressão da obra. A este vazio editorial, tão pouco comum quando se trata da obra de António Vieira, não terão sido estranhos factores como a extensão do manuscrito (um dos mais extensos, senão mesmo o mais extenso efectivamente concluído pelo autor) e o seu carácter algo despojado e austero, por oposição ao estilo exuberante de floreios literários, divagações e ampliações retóricas que lhe conhecemos dos *Sermões*.

Encontramo-nos, pois, perante uma obra pouco difundida, em parte porque dela existe apenas uma edição desde há muito esgotada, mas de extraordinária importância para um melhor conhecimento do pensamento vieiriano. Dessa obra existe, para além do manuscrito que serviu de base à edição de HC, TT, um primeiro manuscrito, BN, inédito e completamente ignorado na edição de Cidade, o qual, pelas razões supra citadas, importa editar. Estes factos, por si só, seriam suficientes para justificar uma nova edição, com critérios e objectivos diferentes, se alguns problemas da edição de Cidade não viessem ainda acrescentá-los.

### 3- A Defesa na edição de Hernâni Cidade

A edição de Hernâni Cidade, intitulada *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, para além de ser a primeira e única existente, terá, provavelmente,

constituído a única leitura integral do texto<sup>6</sup>, até hoje, e, como tal, tem permanecido indiscutida e indiscutível. Porém, a leitura integral do manuscrito BN e o seu confronto com o manuscrito TT e deste com a edição de Hernâni Cidade revela aspectos desta edição que justificam uma intervenção ao nível da correcção da leitura e da aplicação dos critérios de transcrição, uma vez que não são raros os erros de leitura e, quanto aos critérios, eles são em grande parte omissos e frequentemente assistemáticos. Vejamos alguns exemplos:

- 1 - BN - ...Mas como **excellente** é género **commum de dous**, e excellento é género masculino, deo este novo género e esta nova terminação à palavra...  
 TT - ...Mas como **excellente he genero commum de dous**; e excellento he genero Masculino; deo este novo genero e esta nova terminação à palavra...  
 HC - ...Mas como *excellento* he genero masculino, deo este novo genero & esta nova terminação à palavra...

A lição de TT coincide com a de BN e ambas divergem da leitura de HC, que se deve a um salto de linha com importantes implicações ao nível do sentido.

- 2 - BN - ...como **com** a sciência dos futuros...  
 TT - ...como **com** a sciência dos futuros...  
 HC - ...como a sciencia dos futuros...

A lição de BN coincide com a de TT e ambas divergem da leitura de HC, que se deve a um salto de palavra, com prejuízo do sentido.

- 3 - BN - ...quem **spíritus** Domini cogit...  
 TT - ...quem **spíritus** domini cogit...  
 HC - ...*quem spíritu. Domini cogit...*

Neste caso, a omissão de uma letra tem também importantes implicações de sentido, uma vez que, tratando-se de uma palavra latina, a omissão da consoante final altera o caso.

- 4 - BN - ...Vox in **Ramã** audita est...  
 TT - ...Vox in **Ramá** audita est...  
 HC - ...Vox in **Roma** audita est...

Roma, em vez de Ramá é um caso ainda mais grave, pois representa uma banalização grosseira, atendendo a que, para além da semelhança fonética e

gráfica, nenhum tipo de semelhança permite confundir Ramá, cidade asiática situada a norte de Jerusalém, na antiga Israel, e mencionada com alguma frequência no Antigo Testamento, por exemplo enquanto berço do Profeta Samuel (séc. XI a.c.), com Roma, a conhecida cidade europeia fundada apenas no séc. VIII a.c.

Acresce a casos como os citados a quase total ausência de referência aos critérios de transcrição utilizados. As palavras de Cidade a este respeito surgem a par de algumas informações relativas ao códice e são breves: "O modo como o tratámos [o códice] não foi rigorosamente diplomático, antes procurou aproximar-se da ortografia dos sermões publicados em sua vida (...) Permitimo-nos atualizar tal grafia [a das maiúsculas], assim como resolver tôdas as abreviaturas, assim como modernizar a pontuação..."<sup>7</sup>, procedimento que, aliás, é comum a outras edições das obras de Vieira, nomeadamente as mais antigas.<sup>8</sup> Por outro lado, o confronto entre o texto de Vieira e a edição de HC revela uma assinalável assistematicidade.

Vejam-se apenas alguns exemplos. Em relação às indicações em rodapé de texto na margem ou entrelinhado, à partida, parece evidente que o critério seguido foi o de indicar em aparato estes acidentes, uma vez que se encontram ao longo da edição várias notas de rodapé indicando casos deste tipo. No entanto, no confronto com o manuscrito, rapidamente se verifica que não são raros os casos em que eles não são indicados, como, por exemplo, em *...pia affeição <(como ensina a Theologia)> quanto mais...*, em que o texto entre parênteses, que constitui, em relação a BN, um acrescento, se encontra na margem em TT, mas HC não dá qualquer indicação desse facto ou, em *...<sicut relatu paternae traditionis instrui mur>...*, também um acrescento feito na margem em TT e que HC descreve erradamente, em nota, como "palavras intercaladas".

O mesmo acontece com outro tipo de acidentes do texto que, aliás, são muito pouco frequentes, ao contrário do que acontece em BN: as palavras riscadas ou emendadas, por exemplo, nunca são referidas em nota (ex: *...sendo de fee que escreveu [foy] por inspiração divina...*, em que "foy" se encontra riscado, sem qualquer nota, ou *...E residia na Praça de armas de [Almeida]/Penamacor...*, em que a palavra "Penamacor", que constitui lição divergente em relação a BN, onde pode ler-se "Almeida", se encontra emendada e quase ilegível em TT, mas HC não faz qualquer nota a esse respeito).

Os lapsos de Vieira, por outro lado, são objecto de vários tipos de intervenção. Assim, a par dos casos em que HC faz correcções indicando-as em nota (ex: em TT e em BN pode ler-se *...S. Paulo no capítulo 2<sup>o</sup>. da Epistola ad Ephesios...*. A indicação de Vieira encontra-se errada, trata-se, de facto, do capítulo 1<sup>o</sup>, e HC corrige-a indicando o facto em nota), encontram-se outros em que a correcção é feita sem nota, ou não é feita (exs: em TT e em BN pode ler-se *...Isaias outra vez no capítulo 32...*. A indicação de Vieira encontra-se errada,

trata-se, de facto, do capítulo 52, e HC corrige-a sem qualquer indicação; em ... *É no capítulo 22: et erit opus...*, "22" é erro de Vieira introduzido em TT, não referido nem corrigido por HC).

Dignos de nota são ainda "critérios" não expressos e completamente incompreensíveis, como a utilização de & para transcrever a conjunção copulativa, uma vez que nada no manuscrito TT justifica esta opção, ou desequilibrados, como a intervenção fortemente modernizadora ao nível da pontuação (HC introduz pontuação inexistente no manuscrito e suprime ou altera a pontuação de Vieira) contrastando com um conservadorismo absoluto a outros níveis, nomeadamente o ortográfico. O tratamento da acentuação é também particularmente interessante, pois, embora não introduza uma acentuação moderna, excepto nos casos em que o acento assume função opositiva ou distintiva, HC ignora os raros acentos usados por Vieira (ex: *Esau*, transcrito por HC *Esau*).

Deixamos muitos outros comportamentos editoriais discutíveis, de Hernâni Cidade, como a regularização, sem qualquer indicação, de grafias modernas pela forma antiga, mais comum no texto (ex: *Reino* > *Reyno*) e de formas morfológicas da época modernizando-as (ex: *racionalmente* > *racionalmente*), sempre sem qualquer explicação, por não caberem neste trabalho a sua identificação e comentário exaustivos.

Conhecendo o perfil científico de Cidade e todo o trabalho que desenvolveu ao nível do estudo e divulgação da obra de Vieira, alguns dos problemas desta edição não poderiam deixar de nos parecer atípicos, a menos que não fosse ele, de facto, o único responsável pelo trabalho de edição, hipótese que viríamos a confirmar através da sua correspondência pessoal, inédita, com o Professor Hélio Simões<sup>9</sup>, relativa ao período de elaboração da edição da *Defesa* e que nos permite fazer uma história desta edição, que aqui traçaremos brevemente.

Em 1956, Hernâni Cidade aceitava o convite do então Reitor da Universidade da Bahia, Professor Edgar Santos, para editar o manuscrito da *Representação* (TT), "...autógrafo de Vieira, com sua letrinha regular e meúda quase sem rasuras, escrita em *in-folio* de 52 linhas, ao longo de 284 páginas cerradíssimas"<sup>10</sup>. Este convite representava, sem dúvida, uma oportunidade privilegiada, uma vez que todas as despesas relacionadas com a edição ficavam a cargo da Universidade da Bahia, "Reconheço que o empreendimento é grandioso, tanto mais que, para realizar a edição, até agora não tentada, além do custo da tipografia, há as despesas que a Universidade [...] fazer com a minha hospedagem e de minha mulher e a minha viagem, sem esquecer os 20.000 cruzeiros de ordenado de professor."<sup>11</sup> Tal facto, por si só, nada tem de extraordinário. O que é de facto excepcional para qualquer leitor ou editor dos nossos dias é que essas despesas incluíam o preço da longuíssima transcrição do manuscrito, que Hernâni

Cidade confiou à paleógrafa Maria Isabel Albuquerque, aparentemente ajudada por uma outra paleógrafa, por vezes referida, mas nunca identificada.

Compreendem-se, assim, em grande parte, os aspectos negativos desta edição, que são, a nosso ver, inequivocamente reveladores, não só do facto de a transcrição não ter sido feita pelo próprio editor, mas também de uma revisão porventura apressada e seguramente pouco minuciosa, também ela da responsabilidade da copista: "...são 7.103 escudos. Falámos aqui em dar-lhe uma gratificação atendendo a que ela fez, a meu pedido, um abatimento substancial e a que ajuntou o trabalho de revisão de que ela própria se encarregou."<sup>12</sup>

Somos assim levados a concluir que Hernâni Cidade confiou na sua totalidade a Maria Isabel Albuquerque o trabalho de transcrição e revisão da cópia, tendo a sua intervenção ficado limitada à revisão das provas tipográficas, quase toda feita à distância, do Rio ou de Lisboa para a Bahia, ("...Mando hoje por avião as provas, quero dizer, a *corrigen*da e *addenda* aos 2 vols..."<sup>13</sup>) e à elaboração da introdução e notas, as quais, importa salientar, são, em muitos aspectos, preciosas. Isto equivale a dizer que HC não terá utilizado o manuscrito de Vieira, uma vez que a cópia manuscrita feita por Maria Isabel Albuquerque "...se pode mandar para a tipografia, sem receio de ininteligibilidade..." sendo assim "... imediatamente utilizável pelo tipógrafo..."<sup>14</sup>.

O que acima é dito, ainda que extraordinário para o filólogo actual, deve, no entanto, ser visto no contexto da época em que a referida edição foi realizada, herdeira dos métodos oitocentistas de edição, em que o procedimento seguido por HC era considerado perfeitamente natural e legítimo, como, aliás, facilmente se depreende do conjunto da sua correspondência com Hélio Simões. Citem-se apenas como exemplo as seguintes passagens: "...não hesitei e mandei começar o trabalho, porque, se a Universidade da Bahia o achar [o preço] exorbitante, nada se perderia, porque seria aqui aproveitado. Assim esta minha resolução não impõe constrangimento algum à aceitação do que combinei com as copistas e apressa o trabalho da cópia, que é longuíssimo"<sup>15</sup> e "Repito que, se a Universidade achar exorbitante, o trabalho não é perdido. Há aqui quem o aproveite e o pague."<sup>16</sup>

O que importa, de facto, reter é que, ao não revelar as circunstâncias em que o trabalho de edição foi elaborado, Cidade assumiu os erros da pessoa a quem confiou a transcrição e revisão do texto. Estes, acrescentados aos de sua própria responsabilidade, dão-nos uma imagem diferente desta edição, até agora inquestionada, mas, como pensamos ter mostrado, não inquestionável, tornando, assim, clara a necessidade de proceder a uma nova edição da *Defesa*, a qual deverá cumprir, não um, mas vários objectivos, todos eles fundamentais:

1 - permitir um acesso alargado à obra, divulgando-a numa edição acessível e acompanhada de adequados instrumentos de facilitação da leitura e compreensão do texto (nomeadamente, notas explicativas e tradução das extensas citações em latim), com vista a um melhor conhecimento e

compreensão da ideologia messiânica de Vieira que acompanhou toda a sua vida e percorre toda a sua obra, incluindo os *Sermões*;

2 - divulgar, através da opção por uma edição que combine os objectos e métodos da edição crítica e da edição genética, o manuscrito BN, correspondente ao "rascunho" do texto, o qual apresenta em relação à sua versão final, o manuscrito TT, substanciais diferenças e foi completamente ignorado por Hernâni Cidade, perdendo-se, assim, material riquíssimo, ao nível da crítica genética, que urge recuperar e integrar convenientemente.

3 - rever a leitura do manuscrito TT, que, como vimos, não está isenta de falhas, e editá-lo de acordo com critérios filológicos precisos e adequadamente expressos.

Só uma nova edição com as características propostas permitirá dar a esta obra de Vieira a importância e o destaque que ela merece, pois, se é certo que, pela sua extensão e austeridade de estilo, ela não exerce sobre o leitor o fascínio dos *Sermões*, que, pela sua beleza e plasticidade literária, atraem de forma mais imediata, vale seguramente pelo que representa, enquanto peculiar visão vieiriana do tema do Quinto Império e enquanto documento da maior relevância para a compreensão da cultura e do pensamento portugueses da época de Vieira.

#### Abreviaturas e símbolos usados

HC Hernâni Cidade;

BN Manuscrito da Biblioteca Nacional;

TT Manuscrito da Torre do Tombo;

[ ] Elementos suprimidos pelo Autor por riscado;

[ ]/ Substituição por sobreposição: entre parênteses os elementos substituídos, à direita da barra os respectivos substitutos;

< > Elementos acrescentados pelo Autor na entrelinha ou à margem.

#### Notas

1 *Sermões*, "Prólogo do Autor", vol. I, p. LVII.

2 A *Defesa* foi concluída em apenas oito meses, entre Novembro de 1665 e Julho de 1666.

3 "...não hesitou em chamar de "choupanas" os seus *Sermões*, comparados com os "palácios altíssimos", que pretendia erguer na sua *Clavis*, e se pronunciou com certo desdém sobre "os discursos vulgares que atégora se imprimiram", Besselaar, (1976), vol. I, p.3 e nota 4.

4 Besselaar, 1976, vol I, p.2.

5 Cf. "Sentença que no Tribunal do Santo Ofício de Coimbra se leu ao Padre António Vieira", Sérgio e Cidade, 1951-1954, vol. VI, p. 235, ls. 14-22.

6 "Publica-se a *Representação* pela primeira vez, e porventura pela primeira vez terá sido integralmente lida.", Cidade, 1957, vol. I, p. VII.

7 Cidade, 1957, vol. II, p. 2.

8 As variadas edições que a obra de Vieira, sobretudo os *Sermões* e as *Cartas*, têm conhecido são, quase sempre, de divulgação, não havendo, regra geral, qualquer preocupação de informação ao público sobre os critérios de transcrição seguidos. Vejam-se apenas, entre muitos outros casos, o exemplo das edições dos *Sermões*, com notas de M. Gonçalves Viana, 1939, sem qualquer referência a critérios, e o das *Cartas*, de Seabra e Antunes, 1855, em que os editores interferem em aspectos significativos do texto original. (ex. substituição do nome das pessoas a quem as missivas são endereçadas por perífrases do tipo "a certo ministro da Côrte de Lisboa") sem qualquer indicação ao leitor. O mesmo se passa com as edições do *Livro Antepreimeiro da História do Futuro* anteriores à de Besselaar, em que, além do mais, o texto "...andava muito deturpado e mutilado..." (Besselaar, 1983, p. 16), o que é, aliás, bastante frequente, e com as edições setecentistas da *História do Futuro*. Só nas edições mais recentes, e nomeadamente nas edições críticas, é comum encontrar na "Introdução" um capítulo dedicado ao trabalho de edição.

9 Arquivo Hélio Simões, Instituto de Estudos Portugueses, Universidade da Bahia.

10 Carta inédita de Hernâni Cidade a Hélio Simões, Director do Instituto de Estudos Portugueses da Universidade da Bahia, datada de Lisboa, 13/11/56.

11 ibidem

12 idem, Lisboa, 11/5/57.

13 idem, Lisboa, 14/10/57.

14 idem, Lisboa, 13/11/56.

15 e apressa...longuíssimo| entrel. ibidem .

16 idem, post scriptum de uma segunda carta também datada de Lisboa, 13/11/56.

### **Bibliografia**

ALVES, Pe. Gonçalo,  
1959 Cf. VIEIRA, Padre António.

AZEVEDO, J. Lúcio de,  
1925-1928 Cf. VIEIRA, Padre António.

BESSELAAR, José van den,  
[1976] Cf. VIEIRA, Padre António.  
1983 Cf. VIEIRA, Padre António.

CARTAS INÉDITAS, Arquivo Hélio Simões. Instituto de Estudos Portugueses, Universidade da Bahia.

CIDADE, Hernâni,  
1957 Cf. VIEIRA, Padre António.

SÉRGIO, António e CIDADE, Hernâni,  
1951-1954 Cf. VIEIRA, Padre António.

VIEIRA, Padre António,

1925-1928 *Cartas do Padre António Vieira*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, 2ª ed. Lisboa, Imprensa Nacional, 1970 - 1971.

1951-1954 *Obras escolhidas do Padre António Vieira*, prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

1957 *Defesa perante o tribunal do Santo Ofício*, (Organização e Fixação do Texto de Hernâni Cidade), Baía.

1959 *Sermões*, prefaciados e revistos pelo Rev. Padre Gonçalo Alves, Porto, Lello & Irmão, Editores.

1976 *História do Futuro (Livro Anteprimeiro)*, Edição Crítica Prefaciada e comentada por José Van Den Besselaar, 2 v, MunsterWestfalen, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung.

1983 *Livro Anteprimeiro da História do Futuro*, Nova leitura, introdução e notas por José van den Besselaar, Lisboa, Biblioteca Nacional. Introdução.